

A eleição de diretores e a democratização da escola

Reinaldo Matias Fleuri
Professor de Teoria da
Educação - EED

Os movimentos de trabalhadores em escola, no contexto de abertura política do país, ganham corpo em várias regiões do Brasil a partir de 1979. Buscando democratizar a escola, esses movimentos conseguem inserir, na legislação de alguns estados e municípios, por alguns períodos, a proposta de eleição de diretores ou a de criação de Conselhos de Escola, com função deliberativa.

No município de São Paulo, por exemplo, vem se implementando há mais de três anos o "Conselho de Escola", constituído de representantes eleitos por alunos, pais, professores e funcionários de cada unidade escolar. Trata-se de uma experiência de administração colegiada, com significativos avanços do ponto de vista educativo e democrático.

Sentido democrático da eleição

No município de Florianópolis, vigora a eleição dos diretores de escola. Este procedimento aparece também como um fator de democratização da escola por vários motivos.

Em primeiro lugar, o processo eleitoral já é um momento em que a comunidade escolar pode discutir suas necessidades, propor encaminhamentos, estabelecer prioridades, formular programas de ação. Neste contexto, a eleição pode ser um meio de atribuir o cargo de direção a pessoas comprometidas com a implementação de propostas da comunidade.

Em segundo lugar, pela eleição, o diretor assume um compromisso mo-

ral com suas bases. E, se estas se encontram mobilizadas, podem pressioná-lo a defender os interesses da comunidade escolar frente às instâncias superiores do sistema escolar. Com apoio, ou sob pressão da comunidade, o diretor pode ser porta-voz de reivindicações de suas bases, junto aos setores do governo que mantêm grande parte do controle das normas e de dotação orçamentária na escola pública.

Em terceiro lugar, o diretor pode apoiar movimentos de base. Devido à conotação hierárquica e burocrática do cargo, o diretor por si não seria capaz de "criar" movimentos democráticos; mas pode usar de suas atribuições para facilitar o surgimento de iniciativas e de movimentos na comunidade, apoiando seu amadurecimento.

Sentido burocrático da escola

Há casos de diretores, que mesmo tendo sido eleitos, assumem uma prática tão ou mais autoritária que seus antecessores nomeados sem consulta à comunidade escolar. Verifica-se, também, que diretores, não obstante suas boas intenções, não conseguem implementar medidas democratizantes, ou ainda, se vêem abandonados ou isolados pelos próprios grupos que sustentaram sua eleição. Ou ainda, sofrem punições ou são exonerados de seus cargos, quando, atendendo a interesses da comunidade que os elegeram, contrapõem-se a interesses predominantes em instâncias superiores do sistema escolar.

Estes fatos podem confundir os que lutam por democratizar o espaço escolar. Mas, se compreendermos a dimensão burocrática do sistema escolar, talvez possamos enfrentar melhor estas situações.

Enquanto organização burocrática, a escola não suporta eleição de seus administradores. "A eleição não é própria da burocracia, a não ser que se trate de uma eleição meramente formal, de uma aclamação, estando o "eleito" realmente já nomeado pelo superior, que controla os eleitores" (PRESTES MOTTA & BRESSER PEREIRA, Introdução à Organização Burocrática, São Paulo, Brasiliense, 1986, pag. 36).

Isto acontece porque a burocracia apresenta-se estruturalmente como uma organização hierárquica montada e mantida para garantir a dominação da cúpula sobre os subalternos, a imposição dos interesses de uma minoria sobre os da maioria.

Assim, quando movimentos de base propõem a instauração de processos eleitorais, para indicar os diretores ou os representantes em colegiados, os burocratas e os grupos dominantes tendem a criar medidas formais e informais para manter os procedimentos eleitorais sob seu controle.

A eleição pode, assim, se tornar um mecanismo de legitimação da dominação de um grupo sobre a maioria quando, em nome da maioria eleitoral, impõe-se burocraticamente a

ideologia e os interesses particulares dos eleitos.

Eleição: burocracia ou democracia?

A implementação de processos democráticos confronta-se com a estrutura burocrática da escola. Pois a burocracia impõe relações hierárquicas, submetendo escalonadamente os subalternos aos superiores. Além disso, formaliza e impessoaliza as relações, induzindo os dirigentes a agir em conformidade com "normas estabelecidas", que geralmente escapam ao controle comunitário.

Neste contexto burocrático, porém, a implementação de processos eleivos abre um espaço de debate, que pode favorecer a articulação de grupos e movimentos "de base". E são justamente estes movimentos vivos que constituem a força capaz de fazer avançar processos democratizantes.

Assim, a eleição do diretor aparece como um momento contraditório na vida da escola. Do ponto de vista burocrático, tende a se tornar um processo de cooptação da comunidade por parte de setores dominantes. Mas também pode se tornar um espaço educativo de confronto vivo, que permite identificar diferenças e identidades, assim como articular, na atividade coletiva, interesses divergentes com base nas necessidades comuns.

E, neste momento contraditório, "quem sabe faz a hora": ou para legitimar a imposição do "chefe", ou para consolidar os movimentos vivos na comunidade!